

Newsletter

mensal



Destaques

FUNEB é o melhor mecanismo de sustentabilidade na educação no país” defende presidente do CPO

GOVERNO MOÇAMBICANO APROVA ESTRATÉGIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
A insuficiência de infraestruturas escolares continua a ser um desafio

Ficha técnica

Movimento de Educação Para Todos (MEPT)

Publicação:

03

Boletim:

Boletim Mensal

Rua da Amizade n.º

83

Editor: Idorcídio

Redacção: Mandlhate & Su-
meia Cassimo

Colaboradores:

Organizações Membros do
MEPT

Maquetização:

Idorcídio Mandlhate

GOVERNO MOÇAMBICANO APROVA ESTRATÉGIA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 2026–2035



O Governo de Moçambique aprovou a nova Estratégia de Alimentação Escolar para o período de 2026 a 2035. A decisão foi tomada durante a 22.ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, realizada esta terça-feira, 28 de Julho, em Maputo.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, o instrumento visa assegurar a provisão de refeições em todas as escolas primárias e básicas do país ao longo da próxima década.

O Movimento de Educação Para Todos (MEPT), juntamente com os seus membros, celebram esta aprovação, resultante de um processo de advocacia desenvolvido pela sociedade civil e parceiros em prol da garantia do direito à educação e à alimentação das crianças.

A estratégia em referência pretende garantir a alimentação escolar em todas as escolas primárias e básicas do país, contribuindo para o desenvolvimento do capital humano através da melhoria das condições de educação, saúde e nutrição das crianças.

A iniciativa surge no âmbito dos esforços de advocacia da sociedade civil no qual o MEPT faz parte, em coordenação com as acções do Executivo para impulsionar o desenvolvimento do capital humano em Moçambique.

A implementação da estratégia poderá contribuir directamente para o combate à desnutrição infantil, a melhoria do rendimento escolar e a redução do absentismo escolar.

MEPT PROPÕE A CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO PARA EDUCAÇÃO BÁSICO (FUNEB) À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) foi recebido em audiência pela segunda Comissão de Plano e Orçamento (CPO) da Assembleia da República (AR), presidida por Sua Excelência Eneas da Conceição Comiche (presidente da Comissão), no âmbito da apresentação da proposta para a criação do Fundo Nacional de Investimento Para a Educação Básico (FUNEB).

Na ocasião, Sua Excelência Eneas Comiche destacou a relevância da iniciativa do Movimento em prol do desenvolvimento do país através da promoção de advocacia para o incremento do financiamento à educação básica sobretudo na componente de investimento em salvaguarda de uma educação in-

clusiva, equitativa e de qualidade. “O assunto é desafiador, mas temos que encontrar meios de contribuir, assim como assegurar que o investimento tenha efeitos positivos” disse o legislador.

Comiche destacou que a criação do FUNEB é de interesse nacional porque é através da educação que se projecta o desenvolvimento de um país.

“FUNEB é o melhor mecanismo de sustentabilidade na educação no país”

Na sua intervenção, o Presidente do Conselho de Direcção do MEPT, Sarmento Preço, destacou a necessidade de se ter um fundo específico para educação com vista a garantir sustentabilidade na educa-

ção, a semelhança de países como Brasil, Burquina Faso e Africa do Sul que tem um fundo específico para investimento e que permita o desenvolvimento e sustentabilidade do sector.

“Investir nas crianças é um investimento a longo prazo promissor porque elas são o futuro do país, e, investir nelas é garantir o desenvolvimento do país” destacou o Presidente do Conselho de Direcção do MEPT.

Na mesma linha, a economista Estrela Charles, realçou que, nos últimos 5 anos, em média, apenas 11% do orçamento do sector é dedicado ao investimento, e deste, 90% resulta de financiamento externo, sendo que é crucial que o país não esteja



“A educação é a chave do desenvolvimento do país” - considera Bachita
Apesar de o orçamento na maior parte sendo destinado as despesas correntes, o deputado, Elcídio Bachita considera a educação sendo um pilar para o desenvolvimento.

a mercê de recursos externos, uma vez que são voláteis e não asseguram a realização de um processo de planificação e orçamentação e execução previsível e consistente.

“A educação é a chave do desenvolvimento do país” - considera Bachita

Apesar de o orçamento na maior parte sendo destinado as despesas correntes, o deputado, Elcídio Bachita considera a educação sendo um pilar para o desenvolvimento.

Para o deputado, o sector precisa de investimento de modo a responder as necessidades do país, sobretudo na área técnica e de operacionalizações.

Refira-se que a educação constitui um direito fundamental

consagrado na Constituição da República de Moçambique e um dos principais instrumentos de redução da pobreza; produtividade; mobilidade social; inclusão económica; estabilidade social, contudo num cenário em que mais de 46,6% da população tem menos de 15 anos, cujo crescimento demográfico anual ronda 2,8%, aumentando continuamente a pressão sobre: escolas; professores; salas de aula; materiais pedagógicos.

Daí que a advocacia do MEPT no âmbito da criação do FUNEB, resulta de interesse de galvanizar o desenvolvimento do sector através de um fundo específico e garantir uma educação de qualidade.

“A criação do Fundo Nacional

de Investimento para Educação Básica é de interesse nacional porque é através da educação que se projecta o desenvolvimento do país” destaca Comiche

Durante a apresentação da proposta da Criação do Fundo Nacional para Investimento Básico (FUNEB), Sua excelência Eneas Comiche saudou a iniciativa do Movimento em prol do desenvolvimento do país através da promoção de advocacia para o incremento do financiamento à educação básica sobretudo na componente de investimento em salvaguarda de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

“O assunto é desafiador, mas temos que encontrar meios de contribuir, assim como assegu-

MEPT APRESENTA RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES



O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) realizou, no último dia 10 de junho, o Workshop de Apresentação dos Resultados da Avaliação da Implementação da Estratégia de Formação Contínua do Professor, com o objetivo de promover uma reflexão conjunta sobre os principais desafios, avanços e recomendações para o fortalecimento da implementação desta estratégia.

Durante o encontro, foram apresentados e debatidos os resultados da avaliação da implementação da Estratégia de Formação Contínua do Professor, com vista à identificação de oportunidades de

melhoria que permitam reforçar a sua eficácia e potenciar o alcance dos resultados esperados.

A avaliação evidenciou progressos alcançados, desafios persistentes e oportunidades de aperfeiçoamento, reunindo representantes do Ministério da Educação e Cultura (MEC), associações de professores, organizações da sociedade civil, parceiros de cooperação e consultores responsáveis pela avaliação.

A Estratégia de Formação Contínua do Professor foi concebida como um mecanismo de desenvolvimento profissional permanente, basea-

do na reflexão sobre a prática pedagógica, na partilha de experiências e na aprendizagem colaborativa entre professores. A sua implementação prevê o envolvimento dos Institutos de Formação de Professores (IFP), das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), das escolas e de outros intervenientes do sistema educativo, contribuindo para o fortalecimento da qualidade do ensino e da aprendizagem em Moçambique.



“INVESTIR NA EDUCAÇÃO BÁSICA É A BASE FUNDAMENTAL PARA GERAR RIQUEZA NO PAÍS ATRAVÉS DE CIDADÃOS INSTRUÍDOS”, DEFENDE O PODEMOS

Durante a apresentação da proposta de criação do Fundo Nacional de Investimento para a Educação Básica (FUNEB), feita pelo Movimento de Educação Para Todos (MEPT) à bancada parlamentar do partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), foi defendida a necessidade de resolver os problemas da educação a partir da base.

No decorrer da audiência, o chefe da bancada parlamentar do PODEMOS, Sebastião Mussanhane, enalteceu a iniciativa da organização por promover o diálogo e a aproximação entre as partes na busca de mecanismos para o financiamento do sector da educação. Segundo o parlamentar, para melhorar o cenário educativo é fundamental investir na educação básica e no saber fazer das crianças.

“Um cidadão bem instruído é uma riqueza para o seu país”, defendeu Mussanhane.

O Chefe da bancada sublinhou igualmente a necessidade de investir na formação dos alunos, de modo a capacitá-los para contribuir no desenvolvimento do país. Acrescentou ainda que, embora Moçambique considere a agricultura como base do desenvolvimento, não é possível fortalecer este sector sem investir na educação.

Por sua vez, a Coordenadora Executiva do MEPT, Isabel da Silva, destacou a importância do encontro com os parlamentares, considerando o Parlamento como “um espaço estratégico para a discussão dos assuntos do país, uma vez que é onde são elaboradas, influenciadas e aprovadas as leis e normas que regulam a nação”.

Necessidade de identificar novas fontes de receita para potenciar a educação

O Oficial de Advocacia do MEPT, Luís Mutondo, defendeu a necessidade de identificar novas fontes

de financiamento para o sector da educação, bem como reforçar a mobilização de recursos internos, de modo a criar um mecanismo de financiamento previsível e sustentável a longo prazo.

Contudo, salientou que ainda persistem desafios relacionados com o Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE), sobretudo devido à imprevisibilidade e condicionalismos no desembolso dos recursos.

Na mesma ocasião, o Gestor de Projecto do MEPT, Acrísio Langa, defendeu que é urgente priorizar o investimento na educação.

“O agricultor precisa deixar de usar a enxada de cabo curto através da valorização e do fortalecimento do ensino. Quando investimos no sector-chave, que é a educação, automaticamente estaremos também a investir na agricultura e na saúde”, destacou Acrísio Langa.



A insuficiência de infraestruturas escolares continua a ser um desafio

A insuficiência de salas de aula continua a constituir um dos principais desafios do sistema educativo moçambicano. De acordo com o Presidente do Conselho de Administração do MEPT, Sarmiento Simões Preço, o crescimento populacional exige uma nova abordagem no planeamento e expansão das infraestruturas escolares.

Para Sarmiento Simões Preço, a criação de um Fundo específico para o investimento na educação deve ser acompanhada por um mecanismo dedicado ao financiamento da construção de salas de aula, de forma a responder à crescente procura por vagas no ensino.

Refira-se que o encontro com os parlamentares do PODEMOS enquadra-se no processo de apresentação da proposta de criação do Fundo Nacional de Investimento para a Educação Básica (FUNEB), iniciativa que visa garantir um financiamento específico, previsível e sustentável para o sector da educação, contribuindo para a melhoria do processo de planificação e orçamentação do sector em infraestruturas escolares, a valorização da classe docente e a resposta aos principais desafios que afectam o sistema educativo nacional.



O projecto Empoderando Professores concluiu a primeira fase do Estudo de Linha de Base a 19 de Junho, um exercício que permitiu identificar desafios, necessidades e oportunidades para reforçar o Desenvolvimento Profissional Contínuo (DPC) dos professores nos distritos de Lago, Mavago, Mecula e Muembe, na província do Niassa. O estudo constitui a referência que orientará a implementação, monitoria e avaliação das intervenções do programa ao longo dos próximos quatro anos.

Logo nas primeiras palavras, Francisco Cândido, director do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Lago, resumiu o sentimento partilhado por muitos dos participantes no Estudo de Linha de Base do Programa Empoderando Professores:

“Já começamos a sentir aspectos positivos desde este primeiro contacto. Esperamos que todo este trabalho se traduza em melhorias para as escolas e venha reforçar as acções do próprio Serviço Distrital de Educação.”

As suas palavras reflectem a expectativa gerada por um exercício que pretende fazer muito mais do que recolher dados. A Linha de Base constitui o ponto de partida para compreender os desafios enfrentados pelas escolas, orientar decisões baseadas em evidências e acompanhar, ao longo dos próximos quatro anos, os resultados do Empoderando Professores.

Durante duas semanas, equipas técnicas percorreram os quatro distritos para ouvir técnicos da educação, directores de escolas e professores. O objectivo foi identificar as principais necessidades relacionadas com o DPC, as práticas pedagógicas, a liderança escolar e as condições que influenciam a aprendizagem das crianças.

Em Mavago, o técnico da Repartição de Educação Geral, Valentim João, acredita que o estudo permitirá transformar necessidades há muito conhecidas em prioridades concretas de intervenção. “Temos professores que concluíram a formação inicial há cerca de dez anos e nunca mais beneficiaram de uma capacitação. Esperamos que o programa ajude a responder a desafios como este.”

Nas escolas, os desafios tornam-se ainda mais evidentes. Na Escola Básica do Ibo, a directora Eurica Fernando considera que garantir que todas as crianças aprendam efectivamente a ler e escrever, bem como criar condições para manter as raparigas na escola, continua a ser uma prioridade.

Na Escola Primária 25 de Abril, no distrito de Lago, a directora-adjunta Mónica Mário defende que a melhoria da qualidade do ensino depende de uma formação contínua, acompanhada no terreno e apoiada por melhores condições de trabalho para os docentes.



Também os professores reconhecem a importância de um apoio pedagógico mais consistente. Para Josué Bonifácio, da Escola Básica de M'Sawise, persistem desafios como o ensino em língua portuguesa a alunos cuja língua materna é diferente e a escassez de materiais didáticos. "Investir no professor é investir numa educação de qualidade, por-

Concluída a primeira etapa, uma semana depois, o projecto avançou para a observação das práticas pedagógicas em sala de aula, permitindo complementar a informação recolhida nas entrevistas e aprofundar o conhecimento sobre a realidade das escolas.

Financiado pela Embaixada da Irlanda e implementado pela World Education, uma iniciativa da JSI, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura, Empode-

rando Professores será desenvolvido entre 2026 e 2029 nos distritos de Lago, Mavago, Mecula e Muembe.

A Linha de Base abrangeu 30 escolas e os resultados servirão para orientar a planificação, implementação e monitoria das actividades do programa, assegurando que as intervenções respondam às necessidades reais das escolas e contribuam para melhorar a aprendizagem das crianças no Niassa.



CALENDÁRIO ESCOLAR CENTRALIZADO LIMITA RESPOSTA AOS DESASTRES NATURAIS, APONTA ESTUDO

O Movimento de Educação Para Todos (MEPT) apresentou na última sexta-feira, dia 24 de Julho, o estudo sobre Calendário Escolar que conclui que o modelo centralizado do calendário escolar em Moçambique reduz a capacidade de resposta das escolas perante desastres naturais, contribuindo para o aumento do absentismo e do abandono escolar.

A pesquisa, desenvolvida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em parceria com o Movimento de Educação para Todos (MEPT), revela que 81,4% dos participantes consideram que a centralização do calendário escolar dificulta a reorganização das actividades lectivas após a ocorrência de cheias, ciclones e outros eventos climáticos extremos. Além disso, 73,9% associam a ausência de autonomia local ao agravamento do abandono e do absentismo escolar.

O estudo foi apresentado durante um seminário realizado em Maputo e baseia-se num inquérito conduzido entre Dezembro de 2025 e Março de 2026, envolvendo 313 participantes de nove províncias do país. A amostra inclui funcionários públicos, membros de partidos políticos, organizações da sociedade civil, estudantes universitários e cidadãos.

Segundo os investigadores, o calendário escolar actualmente em vigor não acompanha a realidade climática do país, uma vez que o ano lectivo decorre entre

o final de Janeiro e o início de Dezembro, enquanto a época chuvosa e ciclónica se estende de Outubro a Abril, período em que as escolas enfrentam maiores constrangimentos devido às intempéries.

O relatório defende que o actual modelo constitui um obstáculo à construção de um sistema educativo mais resiliente, sobretudo num contexto em que Moçambique é frequentemente afectado por cheias, inundações e ciclones. Para os autores, a excessiva centralização limita a capacidade dos governos provinciais e municipais de adoptarem soluções ajustadas às necessidades locais.

Os resultados mostram ainda que 74,2% dos inquiridos entendem que a centralização reduz, total ou parcialmente, a autonomia dos governos locais. Por outro lado, 70,7% afirmam desconhecer ou consideram inexistentes mecanismos formais de consulta sobre a definição do calendário escolar.

O estudo também conclui que as comunidades rurais e ribeirinhas continuam pouco consideradas na formulação das políticas educativas, sendo frequentemente excluídas dos processos de tomada de decisão relacionados com o calendário escolar. Os investigadores alertam ainda para a escassez de estudos sobre os impactos dos desastres naturais na educação, situação que limita a definição de políticas públicas mais eficazes.



BANCADA PARLAMENTAR DO MDM MANIFESTA ABERTURA PARA APOIAR A CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE INVESTIMENTO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A Bancada Parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) manifestou a sua abertura para apoiar a criação do Fundo Nacional de Investimento para a Educação Básica (FUNEB), durante um encontro de advocacia promovido ontem, pelo Movimento de Educação Para Todos (MEPT).

Na ocasião, o presidente da Bancada Parlamentar do MDM, Fernando Bismarque, reconheceu os desafios que continuam a afectar a educação em

Moçambique, sobretudo a escassez de recursos financeiros, a precariedade das infraestruturas escolares e condições de funcionamento, bem como as limitações orçamentais enfrentadas pelo país.

“A bancada tem disponibilidade em apoiar iniciativas que contribuam para tornar a educação uma prioridade nacional, defendendo um maior investimento proveniente do orçamento interno do Estado” reiterou.



“A bancada tem a disponibilidade em apoiar iniciativas que contribuam para tornar a educação uma prioridade nacional, defendendo um maior investimento proveniente do orçamento interno do Estado” reiterou.

Por sua vez, a vice-presidente do MEPT, Valuarda Monjane, destacou a importância da Assembleia da República como espaço privilegiado para a discussão e aprovação de leis que promovam o desenvolvimento do país.

“Nós desejamos ver a proposta do FUNEB sair do papel e transformar-se numa realidade, contribuindo para garantir um financiamento mais consistente da educação básica.

Sinergias junto dos parlamentares

Durante a apresentação da proposta, a coordenadora Executiva do MEPT, Isabel da Silva, explicou que a organização tem vindo a trabalhar com universidades e diversos parceiros na produção de estudos e evidências que sustentam a criação do fundo.

Segundo a responsável, o objectivo é reforçar o processo de advocacia junto dos parlamentares para assegurar que todas as crianças tenham acesso ao ensino básico de qualidade considerando que mais de cinco milhões de crianças moçambicanas continuam fora do sistema de ensino, muitas delas envolvidas em actividades como o garimpo e o comércio informal.

Na mesma sessão, o oficial de Advocacia do MEPT, Luís Mutondo, defendeu a necessidade de diversificar o actual modelo de financiamento da educação, excessivamente dependente do Orçamento do Estado e de recursos externos.

sivamente dependente do Orçamento do Estado e de recursos externos.

De acordo com Mutondo, embora a recomendação internacional aponte para a alocação de, pelo menos, 20% do Orçamento do Estado (OE) ao sector da educação, o principal desafio reside na previsibilidade dos recursos e na forma como estes são distribuídos entre despesas de funcionamento e investimento.

Mutondo referiu igualmente que cerca de 90% dos recursos destinados ao sector são absorvidos por despesas correntes, enquanto apenas 10% são canalizados para investimento, situação que compromete a melhoria das infra-estruturas, dos equipamentos e da qualidade do ensino.

Referir que a proposta do FUNEB é uma iniciativa concebida para responder aos desafios de Moçambique, inspirando-se em experiências de países como África do Sul, Brasil e Burkina Faso, que já possuem fundos específicos para financiar a educação.

Entre os principais objectivos da proposta destacam-se a novas formas de financiamento da educação, o reforço do investimento público no sector e a criação de mecanismos de monitoria e avaliação que assegurem uma gestão transparente e eficiente dos recursos. A iniciativa pretende igualmente garantir ao Sistema Nacional de Educação um fundo previsível e sustentável, capaz de responder às necessidades crescentes da educação básica no país.

A AMDEC (ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA PARA O DESENVOLVIMENTO CONCERTADO), APOIO EM MATERIAL E UNIFORME ESCOLAR A POUCO MAIS DE 1.000 RAPARIGAS VULNERÁVEIS EM 15 ESCOLAS SECUNDÁRIAS EM GAZA



A AMDEC (Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Concertado), apoio em material e uniforme escolar a pouco mais de 1.000 raparigas vulneráveis em 15 Escolas Secundárias nos distritos de Bilene, Chongoene, Chókwè, Massingir, Mabalane, Mapai e Chicualacuala. A iniciativa, que se insere no princípio de retenção da rapariga na escola, surge no âmbito do projecto VIVA+, que é implementado numa parceria com a FDC (Fundação para Manjacaze, Chibuto, o desenvolvimento da



Do apoio, as raparigas receberam para além de pastas, cadernos e esferográficas, um kit de uniforme composto por duas camisas, igual número de saias, calções, camisetes, um par de sapatos, um par de sapatilhas, meias, gravata e camisola. DEC, no âmbito deste projecto, leva a cabo um programa educativo que visa contribuir para a redução da incidência do HIV (novos casos de infecção), eliminação de barreiras de direitos humanos e promoção de adesão aos serviços.

De referir que nestas escolas e nas comunidades dos nove distritos, a AM-

AMODEC e DVV International capacita Facilitadores para fortalecer a Aprendizagem de Jovens e Adultos em Moçambique

Melhorar a qualidade da aprendizagem de jovens e adultos nas comunidades moçambicanas foi o principal objectivo da formação que reuniu, nos dias 30 de junho e 1 de julho, facilitadores da Educação Integrada de Jovens e Adultos (EIA). A formação foi promovida pela AMODEC, em parceria com a DVV International, a iniciativa reforçou competências Andragógicas e metodológicas dos profissionais responsáveis pela implementação do programa.

Realizado nas instalações do Instituto de Formação de Professores de Chibutuine (IFP), o evento contou com a participação do Director Nacional da DVV International em Moçambique, José Mucuapa, membros da AMODEC, pontos focais de Alfabetização e Educação de Adultos dos distritos de Bilene,

No fim da formação, os participantes manifestaram confiança na aplicação dos conhecimentos adquiridos, destacando que as novas abordagens contribuirão para tornar as sessões de aprendizagem mais eficazes e inclusivas. Entre os desafios apontados estiveram a escassez de materiais didácticos, o tempo reduzido para aprofundar alguns conteúdos e a necessidade de um acompanhamento técnico mais regular.



Para a AMODEC e a DVV International, a capacitação representou mais um passo no fortalecimento da Educação Integrada de Jovens e Adultos, contribuindo para que os facilitadores desempenhem o seu papel com maior qualidade e promovam melhores oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento nas comunidades onde actuam.

Como forma de garantir a continuidade do processo de aprendizagem, os participantes recomendaram a criação de um grupo de Whatsapp para facilitar a partilha de experiências, o reforço das visitas de acompanhamento aos facilitadores, a realização de acções de formação contínua e a disponibilização de materiais didácticos adequados.

A formação decorre num contexto em que Moçambique continua a investir no reforço da Alfabetização de Jovens e Adultos. De acordo com dados oficiais, o país contava, em 2023, com 6.561 unidades de alfabetização, que atendiam mais de 243 mil formandos. Na província de Gaza, onde decorre parte da intervenção do projecto, funcionavam 266 unidades de alfabetização, enquanto a província de Maputo registava mais de 5.700 participantes nos programas de alfabetização de adultos.